



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

ATA DE REUNIÃO DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 A 59ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM foi realizada entre os dias
2 19 e 21 de maio de 2020 pela plataforma Skype, registrado no **Anexo I** as convocações com os *links* de
3 acesso para as salas de reuniões virtuais com as devidas pautas. No dia 19 de maio de 2020, registra-se a
4 ocorrência das reuniões da Comissão Organizadora da V Conferência Nacional e Políticas para as Mulheres
5 e das quatro Câmaras Técnicas. **No dia 20 de maio de 2020**, às 10.04 horas, reuniram-se o pleno do CNDM
6 presidida pela secretária nacional de políticas para as mulheres e presidente do Conselho CRISTIANE
7 RODRIGUES BRITTO, assessorada pela coordenadora do CNDM - MARIA CRISLANE PEREIRA
8 PINTO com registro de participação virtual das conselheiras da sociedade governamental e da sociedade
9 civil no **Anexo I**. Após ajustes técnicos, conferência de quórum, discussões a respeito do formato da reunião
10 virtual, revisão das observações e otimização da reunião, tempo de fala e inscrição de cada conselheira, a
11 presidente do CNDM CRISTIANE BRITTO, iniciou a pauta, **Informes conjuntura**: Pontuou sobre a nova
12 modalidade de violência patrimonial contra as mulheres em relação ao auxílio emergencial, o veto do
13 projeto de lei que permitia auxílio em dobro fosse concedido independentemente do sexo, o que poderia
14 incentivar fraude. A proposta para construir projeto de lei que possa garantir aos homens na situação de
15 chefe de família ou guarda unilateral possa receber o benefício em dobro. O avanço na participação do
16 grupo de trabalho, CONSEVID e o Ministério da Justiça, SNPM, SENASP, os secretários segurança
17 pública para monitoramento da situação de violência em todos os municípios brasileiros. Apresentou a
18 senhora Dinah Sena secretária nacional de políticas para as mulheres adjunta, que fez saudação e manifestou
19 a alegria em participar neste momento importante na construção de políticas para as mulheres. Em seguida
20 passou a palavra na ordem das conselheiras inscritas para os informes; LUCIMARA CAVALCANTE
21 (AMSK), A conselheira expôs a situação de luto pelas perdas em comunidades afetadas pela doença
22 COVID-19. Informou que este motivo não haverá festas ou celebrações, como nos anos anteriores, no Dia
23 Nacional do Cigano, 24 de maio, que é o dia de reconhecimento pelo governo brasileiro da
24 autodenominação da identidade cultural do Povo Romani - os pejorativamente chamados ciganos - no país.
25 Salientou que sua família e de várias comunidades permanecerão no luto, em respeito às vítimas por mais
26 três meses e continuarão no trabalho de prevenção e sensibilização as famílias. Solicitou que a Presidente
27 do CNDM, Cristiane Brito, que a SNPM continue o diálogo iniciado em 2014 com as mulheres Romani
28 sobre as questões afetas as violências e o acesso à rede de proteção. DIRLENE MARQUES (REDE
29 FEMINISTA); A conselheira, ressaltou sua indignação com a postura do governo diante da crise
30 econômica, social, política e ambiental amplificada com a crise sanitária. Que o Estado tem que cumprir
31 um papel fundamental e viabilizar formas para que as pessoas possam sobreviver, citou o valor do auxílio
32 emergencial como uma vergonha, que a eugenia seria um ganho pois o governo não importa com a vida da
33 população, o único objetivo é gerar mais lucros. Traz ao Conselho a responsabilidade deste enfrentamento.
34 ALESSANDRA ALMEIDA (CRP); A conselheira, em acordo com a citação do termo eugenia, pela
35 condição de vulnerabilidade de mulheres, pobres, negras. Relatou as ações do CRP, e fez convite par a
36 *live´s no facebook*, falando da pandemia, onde é discutida a questão sobre a violência doméstica, e a
37 violência do Estado com estruturante o machismo, e o sexismo, e o racismo que afeta a vida das pessoas na
38 carne e no juízo. E que precisa discutir uma bandeira histórica do movimento feminista que é a questão tão
39 rebatida por este governo em especial a questão da interrupção voluntária da gestação, o aborto. Reforçou
40 o convite, para o debate sobre a saúde integral em especial a saúde mental das mulheres. SÔNIA MARIA
41 (CNTI); Iniciou com uma homenagem a todos os profissionais de saúde, com a ressalva que no mundo
42 inteiro a maioria são mulheres. Como encaminhamento, o registro a indignação da violência contra as
43 mulheres trabalhadoras, que estão no mercado informal e desempregadas, que buscam se inserir no mercado
44 de trabalho, tendo em vista a questão das demissões inclusive a gestante trabalhadora. Com a medida
45 provisória 936 retira direitos trabalhistas, e as garantias serão extintas o edital de primeiro de abril pelo
46 governo permite ver acordos individuais, a suspensão dos contratos de trabalho, assim com a redução
47 proporcional da jornada e salário de todos os trabalhadores Independente da sua condição. Ressaltou a
48 importância democrática do movimento sindical e o papel importante na luta em defesa dos trabalhadores.
49 MARA FELTES (CUT); A conselheira concorda que a situação é ímpar, inusitada e reféns de um governo
50 que resolveu tratar a pandemia com uma disputa política, a diferença desta disputa entre o governo federal



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

51 com os governos municipais e estaduais. Onde o governo federal gritando cloroquina da direita e os demais
52 de esquerda. Sobre a pressão dos movimentos sociais no Congresso Nacional, a ajuda emergencial seria de
53 R\$200,00. Citou a preocupação com a quantidade de mortos pela pandemia, a segurança das trabalhadoras
54 da limpeza e a saída dos movimentos sindicais e acordos coletivos. A responsabilidade enquanto
55 conselheiras, de um debate da conferência, um plano, qual é a proposta do Conselho para as mulheres.
56 ANDREMARA DOS SANTOS (Notório Conhecimento); Ressaltou o trabalho da SNPM nesta conjuntura,
57 porque efetivamente conseguiu demonstrar uma capacidade agregar na adversidade numa forma bem
58 efetiva. Ressaltou e destacou, qual é a função do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em pesquisa a
59 carta que o Conselho Nacional encaminhou para constituinte que demonstra do que pode ser capaz a
60 mobilização feminina, a mobilização das mulheres do movimento. E que nesta circunstância se tenha
61 condições de tirar pautas objetivas, leu o artigo 4º da Lei de criação do Conselho Nacional dos Direitos da
62 Mulher, que diz quais são as competências do Conselho, para encaminhamentos e ações nesta conjuntura e
63 a importância de estar presente. Após a leitura do artigo, pontuou que historicamente já foi construído nesta
64 conjuntura, uma convocação para dessa reunião, diante do quadro traçado, se tome um posicionamento. A
65 conselheira VANJA SANTOS (UBM). Manifestou além da preocupação com o aumento da violência
66 doméstica, a questão das trabalhadoras da saúde, das trabalhadoras informais, as trabalhadoras domésticas,
67 como a saúde mental das mulheres, com o atendimento à saúde, como um todo, parto, pré natal e sobretudo
68 o abuso sexual infantil, porque mulheres e as crianças também estão convivendo mais com os abusadores.
69 E da invisibilidade da Secretaria e do Conselho por não ter um site. Encerradas as inscrições, foi tratado
70 sobre o cumprimento de horário nas reuniões, a participação das conselheiras governamentais e reunião da
71 comissão política ampliada para as demais conselheiras, como encaminhamento da conselheira Andremara.
72 A presidente do CNDM CRISTIANE BRITTO deu sequência, e com a **Aprovação da Pauta**, passou para
73 a coordenadora do CNDM CRISLANE PINTO a condução do próximo item: **Aprovação das Atas**; A
74 coordenadora, informou o envio dos arquivos para leitura prévia conforme combinado com as alterações e
75 inclusões sugeridas pelas Conselheiras Lucimara Cavalcante (AMSK) e Laudelina Inácio (ABMCJ),
76 colocada em votação para aprovação das atas na sequência de datas da realização das reuniões. **Ata 57ª**
77 **Reunião Ordinária; Ata 58ª Reunião Ordinária e Ata 1ª Reunião Extraordinária (2020)**. As Atas
78 foram aprovadas por unanimidade, constam no **ANEXO II** com o relatório da Reunião da Comissão
79 Política. Na sequência passou para o **relatório da Comissão Organizadora da V Conferência**, delegada
80 pelas presidentes da Comissão, CRISTIANE BRITTO e vice presidente VANJA SANTOS (UBM), a
81 coordenadora CRISLANE PINTO relatou: Após as manifestações e debates, houve consenso que a V
82 Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (VCNPM) será no próximo ano 2021, discutiu-se
83 estratégias para diálogo com os Estados em reunião com as presidentes dos Conselhos Estaduais, a garantia
84 da participação da sociedade civil e governo na definição das datas para as conferências municipais e
85 estaduais. A urgência da reunião com os Conselhos Estaduais e a observação dos prazos para inclusão em
86 projetos de previsão orçamentárias para o ano 2021, para garantir a realização das conferências e
87 participação de delegadas na conferência nacional. Encaminhado para a Comissão de Planejamento e
88 Orçamento sobre a inclusão da previsão de orçamento no projeto de lei, programa orçamentário 5034 -
89 proteção a vida, fortalecimento da família, promoção e defesa dos direitos humanos -, e confirmar se na
90 ação orçamentária 21AR - promoção e defesa de direitos para todos -, saber se está previsto o valor de R\$7
91 milhões, específico para a VCNPM no orçamento 2021. O início imediato dos trabalhos das Subcomissões
92 e Grupo de Trabalho para a construção do texto base, independente do resultado da carta acordo com a
93 ONU Mulheres. Encaminhadas as propostas para votação, votado e aprovado, seguem deliberações: 1.
94 Reunião da Comissão Organizadora da VCNPM com as presidentes dos Conselhos Estaduais, com
95 representação da sociedade civil e governo, e conselheiras do CNDM do Estado, no dia 02 de junho 2020
96 por Região: 1- Nordeste às 10:00 horas, 2- Norte e Sudeste às 13:30 horas, 3- Centro-Oeste e Sul às 15:00
97 horas. 2. Composição e convocação de reunião do Grupo de Trabalho para a construção do texto base com
98 as diretrizes da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. 3. Início das reuniões por vídeo
99 conferência das Subcomissões. A presidente CRISTIANE BRITTO encerrou as atividades no período da
100 manhã às 11:12h. Após intervalo, a sala virtual foi reaberta às 14:00. Conferido o quórum a presidente
101 CRISTIANE BRITTO deu continuidade à Pauta para a apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas,
102 que irão anexados como se transcritos fossem no **ANEXO III**. A presidente da **Câmara Técnica de**



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

103 **Legislação e Normas** LUCIMARA CAVALCANTE (AMSK), encaminhou três documentos no chat da
104 plataforma para acompanhamento das conselheiras. Ata da reunião; Moção e Resolução. Fez a leitura da
105 do relatório da reunião até o item da Moção de repúdio e alerta, a conselheira apresentou as considerações
106 ao manifesto sobre a Medida Provisória nº 936/2020, a câmara técnica de Legislação e Normas viu na
107 obrigação de suas funções fazer esta moção e abriu para as considerações das conselheiras membros da
108 Câmara Técnica e para as demais conselheiras do pleno. A conselheira SONIA DA SILVA (CNTI),
109 parabenizou o trabalho da coordenação da Câmara Técnica e fez suas considerações para que além da
110 aprovação do documento ter também o compromisso da secretária Cristiane Britto com posição firme de
111 entrar em contato com a bancada feminina da Câmara Federal, com o relator da MP 936 e se possível até
112 com o presidente da Câmara Federal Rodrigo Maia com relação a não permitir a retirada da MP 936 os
113 direitos das gestantes garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de não ocorrer perdas
114 no salário maternidade pela possível suspensão de contrato. O Conselho pode acionar a ministra para que
115 ela se empenhe em coisas importantes como é a questão do subsídio da garantia da estabilidade da gestante
116 que muitas vezes são mães solteiras que bancam seus lares. Em seguida, a conselheira MARA FELTES
117 (CUT), propôs formar um grupo de trabalho, a fim de encaminhar proposta para o governo para geração de
118 emprego e renda para as mulheres. Ressaltou estar preocupada que quando terminar o auxílio emergencial
119 o que vai ser das mulheres? Como vai ficar a vida delas? Muitas desempregadas? Acrescentou, recuperar a
120 responsabilidade de conselheiro é de propor, não só, nós lamentar. A presidente CRISTIANE BRITTO,
121 disse que respeita o manifesto, porém, poderia ter maior efetividade destas reuniões do conselho se as
122 conselheiras passassem suas propostas. Citou o quanto o papel da secretaria de articulação é preponderante,
123 como tem sido em várias tramitações em projetos de lei neste período da COVID 19, e fez o apelo, deixar
124 de fazer apenas um manifesto e entrar num campo mais real e efetivo, com propostas, a contribuição do
125 Conselho, para que possa levar ao ministério da economia, da cidadania, e que aproveitem a articulação da
126 secretária para isto. A conselheira LUCIMARA CAVALCANTE (AMSK), solicitou a presidente o
127 encaminhamento e a votação da moção, para votação nominal. A Coordenadora do CNDM, CRISLANE
128 PINTO, confirmou o quórum, e deu início a chamada nominalmente das conselheiras da sociedade civil:
129 ADÉLIA PESSOA (IBDFAM); LUCIMARA CAVALCANTE (AMSK); ANDREMARA DOS SANTOS((Notório Conhecimento); EUNICE CRUZ (BPW-BRASIL); EVELIN SANTANA (ABL); JEANETE
130 MAZZIEIRO (FMM BRASIL); LAUDELINA INÁCIO (ABMCJ); MARA FELTES (CUT); MARIA DA
131 PENHA (Conselheira Emérita); ROSA MELO (CMB); SONIA SILVA (CNTI); TELMA MATOS
132 (ONCB); THATIANE NICÁCIO (ABLGBT); DEUSIMAR CORRÊA - Rumkpagey ;VANJA
133 SANTOS (UBM). Somados **(15) quinze votos a favor**. E das conselheiras governamentais: CLÁUDIA
134 GIOVANNETTI (SNPG); CRISTIANE BRITTO (SNPM/CNDM) MARILÉIA DA PAULA (SEPIR);
135 MARIANE CORTAT (MJSP); KÊNIA DANTAS - Casa Civil da Presidência da República, **(5) cinco votos**
136 **contra**. A Conselheira ALESSANDRA ALMEIDA (CFP), entrou na reunião ao final da discussão e optou
137 pela abstenção do voto. As conselheiras, MARGARETH GOMES (M. CIDADANIA/ SEDS) e JANDIRA
138 PACHECO (MRE) estavam ausentes no momento da votação. A Coordenadora do CNDM CRISLANE
139 PINTO, encerrou a votação, conferiu a contagem dos votos, com o resultado 15 votos a favor, 5 votos
140 contra, e 1 abstenção. **Aprovada a Moção**. A presidente CRISTIANE BRITTO, interrompeu a
141 apresentação e passou a palavra para Dr. FERNANDO CÉSAR PEREIRA FERREIRA, Ouvidor Nacional
142 dos Direitos Humanos, para **apresentação das ações do Ligue 180** de enfrentamento COVID 19. O
143 ouvidor expos os avanços da nova central de atendimento com o volume significativo de denúncias e as
144 medidas de urgência. O investimento em tecnologia, equipamento, metodologia e capacitação para que a
145 central continua operando em home office. As parcerias e ferramentas antecipadas e priorizadas para
146 atender o aumento da demanda, a inovação com o lançamento do primeiro programa para atendimento em
147 libras *online* que não utiliza robô. Canal específico para acolhimento ao idoso solitário, inclusive denuncia
148 de violência patrimonial contra idoso. Finalizou com apresentação de comparativo de denúncias 2019-2020,
149 a melhoria significativa no tempo de espera 98% das ligações, atendidas em até 30 segundos. Após os
150 questionamentos e respostas, a presidente CRISTIANE BRITTO, fez as considerações e se comprometeu,
151 após o lançamento dos dados detalhados do 180 enviará por e-mail. Em seguida, a presidente do CNDM,
152 CRISTIANE BRITO, prosseguiu com a pauta. A conselheira LUCIMARA CAVALCANTE (AMSK),
153 solicitou a da continuidade do relatório **Câmara Técnica de Legislação e Normas** para a leitura da
154



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

155 Resolução. Após a leitura foi aberta para as considerações do Pleno. A conselheira KÊNIA DANTAS (Casa
156 Civil/ Presidência), se posicionou contra o texto da Resolução e justificou: sobre a primeira recomendação,
157 “RECOMENDAR ao Ministério da Economia maior transparência dos dados e informações sobre o
158 quantitativo e nome das empresas que aderiram à Medida Provisória nº 936/2020”. Entende ser uma forma
159 preconceituosa de expor estas empresas, porque a medida provisória vem num contexto de busca do
160 governo para evitar o desemprego. Na segunda, “RECOMENDAR à Secretaria Nacional de Políticas para
161 as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos maior empenho na defesa dos
162 direitos das trabalhadoras. ” A Secretária já trabalha com a defesa do direito da mulher, então não vê a
163 necessidade, e como se manifestou contra o repúdio ao Ministério Público, e o texto da Resolução. As
164 conselheiras MARA FELTES (CUT); ANDREMARA DOS SANTOS (Notório Conhecimento), ROSA
165 MELO (CMB) e DIRLENE MARQUES (REDE FEMINISTA), fizeram suas considerações a favor da
166 Resolução. A Coordenadora do CNDM, CRISLANE PINTO, confirmou o quórum, e deu início votação
167 com a chamada nominal das conselheiras da sociedade civil: ADÉLIA PESSOA (IBDFAM); LUCIMARA
168 CAVALCANTE (AMSK); ANDREMARA DOS SANTOS (Notório Conhecimento); ALESSANDRA
169 ALMEIDA (CFP); DIRLENE MARQUES (REDE FEMINISTA); EUNICE CRUZ (BPW-BRASIL);
170 EVELIN SANTANA (ABL); JEANETE MAZZIEIRO (FMM BRASIL); LAUDELINA INÁCIO
171 (ABMCJ); MARA FELTES (CUT); MARIA DA PENHA (Conselheira Emérita); ROSA MELO (CMB);
172 SONIA SILVA (CNTI); TELMA MATOS (ONCB); DEUSIMAR CORRÊA - Rumkpagey ;VANJA
173 SANTOS (UBM); Somados (16) dezesesseis votos a favor. E das conselheiras governamentais: CLÁUDIA
174 GIOVANNETTI (SNPG); CRISTIANE BRITTO (SNPM/CNDM); MARIANE CORTAT (MJSP);
175 JANDIRA PACHECO (MRE); (4) quatro votos contra a Resolução. As conselheiras ausentes no momento
176 da votação; THATIANE NICÁCIO (ABLGBT); MARGARETH GOMES (M. CIDADANIA/ SEDS)
177 MARILÉIA DA PAULA (SEPIR); KÊNIA DANTAS - Casa Civil da Presidência da República. A
178 Coordenadora do CNDM CRISLANE PINTO, encerrou a votação, conferiu a contagem dos votos, **com o**
179 **resultado, (16) dezesesseis votos a favor, (4) quatro votos contra. Aprovada a Resolução.** Deu -se a
180 continuidade da leitura da Ata da Câmara Técnica pela conselheira LUCIMARA CAVALCANTE
181 (AMSK), a partir do item: Análise dos processos do Auxílio Emergencial concedido as trabalhadoras e
182 trabalhadores do país em situação de trabalho informal, microempreendedores individuais (MEI),
183 autônomos e desempregados, encaminhamentos e monitoramento das proposições legislativas no escopo
184 da SNPM. Finalizada a apresentação com as aprovações devidas e deliberações do relatório da Câmara
185 Técnica de Legislação e Normas. A Coordenadora do CNDM CRISLANE PINTO, perguntou se alguma
186 representante precisaria deixar para o dia seguinte o relato, a conselheira VANJA SANTOS (UBM)
187 justificou a necessidade de relatar Câmara Técnica de Monitoramento do Plano na manhã seguinte, todos
188 concordaram. Dada a continuidade com a apresentação da **Câmara Técnica de Assuntos Internacionais,**
189 pela conselheira JEANETE MAZZIEIRO (FMM BRASIL), com relatório e plano de trabalho anexados
190 como se transcritos fosse no **ANEXO III.** Feito um resumo do ocorrido na reunião, e avaliação da
191 conjuntura internacional para as entidades integrantes da CTI e informes. Foi solicitado a coordenação do
192 CNDM reenvie o Ofício com as informações, das reuniões do MERCOSUL, as Conselheiras solicitaram
193 que seja viabilizada a participação de representatividade do CNDM nas reuniões. **Câmara Técnica de**
194 **Planejamento e Orçamento,** a conselheira MARA FELTES (CUT) informou que a reunião da Câmara
195 Técnica de Planejamento e Orçamento ficou prejudicada por falta de comunicação prévia que o técnico de
196 orçamento do Ministério não poderia participar na data e horário previamente estabelecido. Manifestou
197 indignação pela falta de consulta prévia aos membros da Câmara Técnica para tomadas de decisões. Falou
198 sobre a inadmissibilidade da situação que o técnico deveria ter vindo a reunião e não somente comparecer
199 ao Pleno, pois esta câmara técnica é a responsável por essa demanda e deveria estar por dentro do assunto
200 para prestar apoio ao Pleno, bem como, deveria ser consultada desta decisão. A coordenação do CNDM se
201 desculpou pela ausência do técnico e confirmou a presença na manhã seguinte. A conselheira TELMA
202 NANTES DE MATOS (Organização Nacional de Cegos do Brasil), membro da Câmara Técnica também
203 manifestou indignação pela falta de comunicação prévia e que isso não pode ser permitido. A conselheira
204 MARA FELTES propôs realização da reunião da Câmara Técnica em dia e horário a ser estabelecido em
205 conjunto após a Reunião do CNDM. **Aprovada pelo pleno.** Encerrada a reunião às 18:00hs. Dia 21 de
206 maio de 2020, a presidente CRISTIANE BRITTO, iniciou às 10:00h a reunião com atraso pelas



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

207 dificuldades das conselheiras em acessar a plataforma. A presidente CRISTIANE BRITTO sugeriu
208 encaminhamento para **Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento**, apresentar os questionamentos,
209 a fim de apresentar com antecedência a representante técnica do orçamento do MMFDH das pendências
210 sobre as questões orçamentárias. A Sra. Gizele Feitoza, coordenadora geral de orçamento e finanças, fez
211 várias tentativas de ingressar na reunião sem sucesso, por motivos técnicos e o avançar da hora. Seguiu a
212 pauta para a apresentação do relatório da **Câmara Técnica de Monitoramento do Plano**, pela conselheira
213 VANJA SANTOS (UBM), pontuou os prejuízos das reuniões serem agendas ao mesmo tempo da reunião
214 do Pleno, que pela justificativa das questões econômicas precisavam ser no mesmo dia, no período de
215 distanciamento há necessidade de rever este formato. Sobre as discussões de políticas públicas, a
216 importância da atuação da presidente do CNDM e SNPM para encaminhamentos e resultados objetivos, o
217 diálogo com Ministérios da Saúde, Educação, Cidadania a rede de proteção, as questões do ligue 180 para
218 atendimento apenas de mulheres em situação de violência e a proposta encaminhada pelo Instituto Maria
219 da Penha, anexados junto a este relatório como se transcritos fosse no **ANEXO III**. Aberto as inscrições,
220 EUNICE CRUZ (BPW BRASIL), comentou a situação das me cumprimentou a conselheira Maria da Penha
221 pelo relatório e reforçou a complexidade do ligue 180. A presidente CRISTIANE BRITTO, esclareceu,
222 sobre as recomendações da ONU, o trabalho que a Secretária tem feito com o ligue 180, a ampliação canais
223 *online*, a campanha vigilância solidária, e que todos os projetos de Lei em pauta feminina são repassados e
224 acompanhados pela SNPM, as ações junto ao Pátria Voluntária, cestas básicas, EPI's, kits dignidade e o
225 fortalecimento destas ações. MARA FELTES (CUT) solicitou que os relatórios Câmara Técnica e
226 informações das ações da SNPM sejam repassados para que as conselheiras possam monitorar os de
227 projetos de bancada e ações da SNPM. A conselheira ANDREMARA: Solicitou a criação de um boletim
228 informativo para circulação interna das ações realizadas pela Secretaria. Para encerramento, VANJA
229 SANTOS (UBM) acrescentou, como parceiras de primeira ordem, a atenção aos encaminhamentos dados
230 pelo Conselho sejam priorizados, e informação para construir e fiscalizar as ações que estão realizadas nos
231 Estados. A conselheira TELMA DE MATOS (ONCB) sugeriu agendar uma reunião extraordinária da
232 Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento com os técnicos do orçamento. A conselheira MARA
233 FELTES (CUT) solicitou que se faça a reunião extraordinária para a próxima semana. Todos de acordo,
234 será confirmada a data e enviada à Câmara Técnica. Seguiu a pauta **Acessibilidade das Pessoa com**
235 **Deficiência**, por solicitação da conselheira Telma Nantes, que conduziu as perguntas e respostas para a
236 Secretária da Pessoa com Deficiência Secretária Priscila Gaspar, a mediação na versão voz pela assessora
237 bilingue Dânia Vasconcelos e Sérgio em libras. Trouxe a questão da mulher com deficiência e das mães de
238 crianças, jovens e esposas das pessoas com deficiência, são 45 milhões de pessoas com deficiência no Brasil
239 previstas pelo IBGE, e estas pessoas e a rede estão com dificuldade de acesso as informações e nesta
240 pandemia, em especial as pessoas cegas, a atenção nos casos de contaminação por corona vírus, que estas
241 pessoas tem que ser abandonadas nos hospitais, as questões de saúde, assistência e educação. A Secretária
242 Priscila Gaspar, citou que dos 45 milhões a estimativa de 24% destas pessoas são mulheres. A proposta de
243 desenvolver trabalho com os diferentes subgrupos das quatro categorias: visual, auditiva, intelectual e
244 física. Exemplificou: Físico: pessoas tetraplégicas, amputada e nanismo; pessoas com deficiência visual:
245 cegas, com baixa visão, pessoas com deficiência auditiva: surdas, ensurdecidas, unilaterais, não usam
246 linguagem de sinais. Desenvolveram fóruns mensalmente em 2019, com a sociedade civil para ouvir e
247 entender as demandas das diferentes temáticas com os eixos nas áreas da Educação, Saúde, Acessibilidade
248 e Empregabilidade. O fórum de março deste ano foi discutido a situação da mulher com deficiência, as
249 mães com deficiência, as mães com filhos com deficiência, as mulheres que sofrem violência e tem
250 dificuldade de fazer a denúncia, as barreiras que enfrentam. Das ações do corona vírus, foram criadas
251 cartilhas informativas virtuais, disponíveis site do MMFDH, destinadas a um grupo de pessoas com
252 deficiências com orientações de prevenção: para pessoas com doenças raras; para profissionais de linha de
253 frente e que vão as casas das pessoas com deficiência, como atender e se proteger; para familiares que tem
254 filhos com deficiência, como ensinar e acompanhar, como receber os profissionais em casa. Estão atentos
255 nos diálogos com os Estados, com Ministérios Educação, Saúde e outras parcerias para melhorar a vida das
256 pessoas com deficiência. Relatou as ações junto a ouvidoria no ligue 180, a busca de dados e cadastro para
257 entrega das cestas básicas até o momento 905 instituições, os diálogos para acessibilidade junto aos canais
258 abertos de TV e parcerias. A conselheira TELMA DE MATOS (ONCB), agradeceu, ressaltou e reivindicou



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - SNPM
COORDENAÇÃO-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

259 ação efetiva do MMFDH em especial nas questões de informação, educação, reabilitação e atendimento à
260 saúde. Em seguida, a presidente CRISTIANE BRITTO, passou a palavra para o representante da ASCON,
261 o chefe da assessoria de comunicação, Sr. Flávio Gusmão que apresentou as ações da ASCOM e ouviu as
262 reivindicações das conselheiras: Reformulação do *site* com a inclusão de documentos antigos da SNPM e
263 CNDM, como referência e histórico; edição de informativos das ações da SNPM e conselho; Criação de
264 site para a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (VCNPM) e auxílio a subcomissão de
265 comunicação da VCNPM. O Sr. Flávio falou sobre a possibilidade de uma contratação para atender a
266 demanda do Conselho e que iria criar fluxo para os informativos do Conselho. Encerrada a fala a presidente
267 CRISTIANE BRITTO agradeceu e deu por encerrada a reunião. A 59ª Reunião Ordinária do CNDM foi
268 finalizada no dia 21 de maio de 2020, às 12:35hs. Os registros de presença das reuniões **ANEXO I**, as Atas
269 e Pautas **ANEXO II**, os relatórios da Comissão e das Câmaras Técnicas no **ANEXO III**, a resolução e
270 moções no **ANEXO IV**, os documentos irão anexados como se transcritos fossem. Nada mais havendo a
271 tratar, foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, MARIA CRISLANE PEREIRA PINTO,
272 Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, CRISTIANE RODRIGUES BRITTO,
273 Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da
274 Mulher.

MARIA CRISLANE PEREIRA PINTO
Coordenadora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO
Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher